

## SOBRE O *BEM DE TUDO E DE TODOS*: A CONJUNÇÃO IMPOSSÍVEL ENTRE AMBIENTALISMO E LIBERTAÇÃO ANIMAL \*

Cátia Faria  
*Univesitat Pompeu Fabra*

### Resumen

Habitualmente se asume que ser ambientalista es defender el *bien de todo y de todos*. Sin embargo, en este artículo, mostraré como la defensa holística del bien de todo implica desconsiderar el sufrimiento y la muerte de una gran parte de los individuos no humanos en la naturaleza, cuando está en juego el equilibrio de los ecosistemas o la preservación de la biodiversidad. Defenderé que debemos, desde un punto de vista anti-especista, rechazar el ambientalismo y defender los intereses de los animales en la naturaleza, evitando las intervenciones ecológicas perjudiciales para estos e interviniendo en los procesos naturales de formas que puedan resultar beneficiosas para los mismos, incluso cuando hacerlo suponga ir contra la conservación del equilibrio natural o de la biodiversidad, tal como acontece con los seres humanos. Ello significa que si estamos a favor del *bien de todo* no podemos estar, consistentemente, a favor del *bien de todos* y que si defendemos – como debemos defender – el *bien de todos* (liberacionismo animal) no podemos estar comprometidos con el *bien de todo* (ambientalismo).

*Palabras clave:* ambientalismo, holismo ético, intervención en la naturaleza, liberacionismo, anti-especismo.

### Abstract

It is usually assumed that being an environmentalist entails upholding the good of everything and everyone. In this paper though I will show how the holistic defense of

---

*Recibido:* 25/05/2011. *Aceptado:* 20/07/2011.

\* Agradeço a Oscar Horta pelos comentários úteis que teceu a uma versão anterior deste artigo. A ideia do título foi retirada de “Pelo Bem de Tudo e de Todos”, slogan do PAN (Partido pelos Animais e pela Natureza de Portugal).

everything implies disconsidering the suffering and the death of a great number of individuals living in nature when the equilibrium of ecosystems or the preservation of biodiversity is at stake. I will claim that from an anti-speciesist perspective we should reject environmentalism and defend the interests of animals in nature, avoiding those ecological interventions which are harmful to animals and intervening in natural processes in ways that can be beneficial to them, even if by doing so we may go against the conservation of natural equilibrium or biodiversity, just as we do in the case of human beings. This means that if we are in support of what is for the *good of everything* we can't consistently be for the *good of everyone* and that if we claim, as we should, that what is important is the good of everyone (animal liberationism) we can't also be committed to the good of everything (environmentalism).

*Keywords:* environmentalism, ethical holism, intervention in nature, liberationism, anti-speciesism.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, tem vindo a popularizar-se a ideia segundo a qual as obrigações morais dos seres humanos devem alargar-se a uma comunidade de seres mais ampla que ultrapasse as barreiras da espécie *Homo sapiens*. Alguns autores defendem que os seres humanos, enquanto agentes morais, deverão passar a ter em conta não só interesses intraespecíficos, mas também os interesses daqueles indivíduos sencientes não humanos, sistematicamente negligenciados pelas éticas antropocêntricas (liberacionismo animal). Outros defendem que devemos ir aparentemente mais longe e estender a consideração moral a toda a comunidade biótica, incluindo espécies animais, plantas, oceanos, florestas, etc. Isto significa que devemos estar não só *pelo bem de todos* como *pelo bem de tudo* quanto existe na terra (ética ambiental).

Neste artigo, defenderei que, apesar de atractiva para muitos, esta última proposta é insustentável, em virtude de (i) se revelar internamente inconsistente, ao assumir o valor intrínseco da comunidade biótica e ao admitir, simultaneamente, a relativização do bem último aos interesses humanos, e (ii) comprometida com práticas imorais. Isto pode ser concluído considerando o problema do sofrimento animal na natureza. Se por um lado, o liberacionismo animal defende que os animais devem ser tidos em conta porque podem sofrer e desfrutar e que isso determina que o sofrimento e a morte de indivíduos na natureza seja um mal, a ética ambiental defende que esses danos sofridos pelos animais são bons, na medida em que formam parte dos processos naturais que constituem os ecossistemas. Assim, a questão do sofrimento e morte dos animais selvagens demonstra haver uma clara oposição entre liberacionistas animais e

ambientalistas. Se assumirmos porém, um ponto de vista anti-especista, devemos opor-nos às posições ambientalistas que consideram que os ecossistemas e a biodiversidade têm valor em si mesmos e devemos defender a consideração dos interesses dos animais selvagens, mesmo quando fazê-lo suponha ir contra a conservação do equilíbrio natural ou da biodiversidade, exactamente como acontece no caso dos seres humanos.

O trajecto argumentativo que seguirei será o seguinte: em primeiro lugar, avaliarei em que medida a ética ambiental, tal como defendida por autores como Leopold e Callicott, pode ser entendida como uma posição sobre o problema da consideração moral dos animais não humanos e, nesse sentido, constituir-se como alternativa à controvérsia protagonizada pelas éticas antropocêntricas e o liberacionismo animal. Serão revistas, nesse sentido, as principais teses ambientalistas e as implicações morais que decorrem da aceitação do holismo ético. Responderei negativamente àquela questão, na medida em que a ética ambiental mostra ser apenas mais uma modalidade de antropocentrismo ético, comprometida com práticas imorais. A posição ambientalista sobre o problema do sofrimento dos animais selvagens mostrará que a controvérsia não é triangular, como defende Callicott, entre antropocentrismo, ética animal e ética ambiental, mas enfrenta, no fundo, apenas dois polos: especista e anti-especista.

Concluirei que porque a ética ambiental nos compromete com o especismo, revela ser uma posição moralmente injustificada e deve, como tal, ser rejeitada. A consideração moral dos animais não humanos só pode ser correctamente acomodada desde uma posição liberacionista.

## 2. Holismo ético e consideração moral

Em “Libertação animal: uma questão triangular”<sup>1</sup>, J. Baird Callicott defende, na esteira do ambientalista Aldo Leopold, a chamada Ética da Terra como a terceira via no debate sobre a consideração moral das entidades não humanas, uma posição, segundo o autor, “mais criativa, interessante e praticável” do que as *rivais* liberacionistas de Peter Singer e Tom Regan. Assumindo que os humanismos morais tradicionais falharam em providenciar éticas não antropocêntricas, isso não significa, diz

---

<sup>1</sup> Callicott, J. Baird, “Uma Questão Triangular”, em Galvão, Pedro (org. e trad.), *Os animais têm direitos? Perspectivas e Argumentos* (Lisboa: Dinalivro, 2010 [1980]), 121-175. [No original, Callicott, J. Baird, “Animal Liberation: A Triangular Affair”, *Environmental Ethics*, 3 (4), 1980, 311-338].

Callicott, que estejamos obrigados a ser liberacionistas. Podemos estender a consideração moral a outros seres não humanos, abraçando, como alternativa, o ambientalismo.

O princípio básico da Ética da Terra, tal como formulado originalmente por Leopold, é o seguinte:

Uma coisa está certa quando tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Está errada quando tem a tendência inversa.<sup>2</sup>

Isto significa que agimos moralmente quando a nossa acção está orientada pela promoção do bem da comunidade biótica e agimos erradamente quando a nossa acção prejudica o conjunto das entidades biológicas. O que torna uma acção moralmente errada não é, em última análise, o dano causado aos indivíduos que integram a comunidade, mas o dano sofrido pela comunidade em si mesma.

O fundamento desta perspectiva é o holismo ético, a posição segundo a qual o bem do Todo tem preferência moral sobre os interesses das partes. Isto significa que as entidades moralmente valiosas não são os indivíduos, mas os ecossistemas em que estes vivem. Isto implicará, como veremos, que sempre que o bem de um ecossistema assim o exigir, devemos priorizar a defesa da integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica relativamente aos interesses individuais dos seus membros, mesmo quando isso suponha sacrificar em massa os seus integrantes, entre eles, os seres humanos.

#### *A analogia entre os sistemas orgânicos e sociais e a comunidade biótica*

A defesa do holismo ético, em Callicott, é levada a cabo com base na analogia entre a Terra como unidade articulada e os sistemas orgânicos e sociais, para com os quais temos, aparentemente, obrigações morais de preservação, superiores aos interesses individuais dos seus membros. O argumento pode ser formulado como se segue:

- (i) Temos a obrigação moral de preservar a integridade dos sistemas sociais e orgânicos complexos e funcionais.
- (ii) A comunidade biótica é análoga a um sistema social ou orgânico complexo e funcional.
- (iii) Logo, temos a obrigação moral de preservar a integridade da comunidade biótica.

---

<sup>2</sup> Leopold, Aldo, *A Sand County Almanac, with Essays on Conservation from Round River*, New York: Ballantine Books, 1966 [1949].

Este argumento enfrenta três problemas. Em primeiro lugar, é simplesmente falso que tenhamos a obrigação moral de preservar a integridade de *qualquer* sistema social complexo e funcional. Existem sistemas sociais perfeitamente funcionais e complexos, nos quais não só é permissível atentar contra a sua integridade como é moralmente obrigatório fazê-lo. Uma sociedade escravagista, sexista ou fundada em trabalho infantil são apenas alguns exemplos que mostram que a integridade de um sistema não é, em si mesma, uma propriedade moralmente relevante, ainda que possamos estar moralmente obrigados a preservá-la se dela resultar o bem-estar individual dos seus membros.

Em segundo lugar, ainda que seja plausível a defesa da auto-preservação orgânica de cada um, está longe de ser indisputável tratar-se de uma obrigatoriedade moral. Nesse caso, fumar, consumir drogas ou praticar ‘desportos radicais’ seriam não só actividades de risco como acções imorais. Como a maioria das pessoas não aceitaria tal ideia, segue-se que não estamos moralmente obrigados à auto-preservação orgânica. Assim, se não temos a obrigação moral de preservar a integridade dos sistemas sociais e orgânicos, isto é, se (i) é falsa, então, ainda que (ii) seja o caso, (iii) não se segue.

Por último, a analogia entre a comunidade biótica e os sistemas sociais e orgânicos não parece ser correcta. As semelhanças entre o ‘sistema biótico’ e os sistemas orgânicos e sociais parecem ser irrelevantes para aquilo que se pretende defender, isto é, a obrigatoriedade moral em defender a integridade da comunidade biótica. Vejamos o caso dos sistemas orgânicos. Concedendo que devemos preservar a integridade dos sistemas orgânicos, não é verdade que devamos fazê-lo pelo facto de o bem geral do indivíduo ser superior aos interesses individuais das suas células, como afirma, por exemplo, Callicott<sup>3</sup>. O que parece ser determinante para a prioridade moral dos interesses do indivíduo sobre os *interesses*<sup>4</sup> das suas células é o facto de esse indivíduo ser consciente, ao passo que as suas células não. A consciência dá ao indivíduo a possibilidade de ser afectado por aquilo que lhe acontece de uma forma que não está ao alcance de uma célula ou de qualquer outro organismo não senciência, na medida em que a senciência permite ao organismo experienciar o prazer e a dor.

---

<sup>3</sup> Callicott, J. Baird, “Uma Questão Triangular”, em Galvão, Pedro (org. e trad.), *Os animais têm direitos? Perspectivas e Argumentos* (Lisboa: Dinalivro, 2010 [1980]), 121-175, p.149.

<sup>4</sup> E isto só faz sentido se estivermos a usar uma noção muito alargada de *interesse*, já que estritamente falando, as células não têm sequer interesses, dado que os interesses são tornados possíveis pela consciência e uma célula não é consciente.

Assim, a integridade do sistema orgânico só tem valor na medida em que se encontra ao serviço dos interesses do indivíduo consciente (ter experiências positivas e evitar experiências negativas) e só, nessa medida, imporá obrigações morais quanto à sua conservação. Ora, no caso da comunidade biótica isto não acontece. O bem a promover é a integridade, estabilidade e beleza de um todo impessoal, no qual estão incluídos seres conscientes (animais), mas também seres não conscientes (plantas) e até entidades inanimadas (oceanos, solos, montanhas, etc.). E defende-se que a promoção deste bem global deve ser moralmente priorizada aos interesses dos indivíduos conscientes. Isto mostra que enquanto que a integridade dos sistemas orgânicos está ao serviço dos interesses dos indivíduos conscientes, a integridade da comunidade biótica está ao serviço de um bem geral abstracto, independente dos interesses dos indivíduos conscientes. Assim, se aquilo que determina a obrigatoriedade da preservação dos sistemas orgânicos é diferente daquilo que *deve* determinar a obrigatoriedade da conservação da comunidade biótica, o argumento com base na analogia entre o sistema orgânico e o ‘sistema biótico’ não funciona.

E o mesmo se aplica no caso dos sistemas sociais. A razão pela qual estamos moralmente obrigados a defender a integridade dos sistemas sociais (ainda que nem sempre essa obrigação exista) reside no facto de a preservação do sistema global promover o bem-estar dos indivíduos que o integram. O bem último não é pois, a integridade do sistema em si, mas antes, o bem-estar que a integridade do sistema torna possível para os seus membros. Se o sistema não promove o bem último (por exemplo, sociedades escravagistas, sexistas, especistas), estamos moralmente autorizados a abandonar a sua conservação. Assim, porque o que é relevante para a preservação dos sistemas sociais é a sua instrumentalização para a promoção do bem-estar individual e como a integridade da comunidade biótica é pretendida à margem deste objectivo, a obrigatoriedade moral em preservar a comunidade biótica não pode ser concluída com base numa analogia entre sistemas sociais e ‘sistema biótico’.

### 3. Implicações do holismo ético para a consideração dos animais na natureza

Uma outra forma de defender a centralidade moral da comunidade biótica consiste em afirmar o valor último ou instrínseco da Terra. A Terra, dizem os ambientalistas, não tem um mero valor instrumental —a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica não servem

interesses individuais (e.g. alimento, recreio, prazer estético)— mas tem valor em si mesma. Se isso é certo, então, os seres humanos, enquanto agentes morais, têm obrigações directas para com a Terra, isto é, devem preservar a sua integridade, à margem dos benefícios ou prejuízos que daí derivem para eles e para outros seres. Portanto, se somos ambientalistas e queremos ser consistentes, devemos estar dispostos a agir em contra dos interesses humanos e não humanos, sempre que esses interesses se mostrarem em conflito com a promoção do bem último.

Dada a abstracção da integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, o valor último da Terra só se torna plenamente inteligível quando contrastado com o valor relativo atribuído aos indivíduos, na deliberação moral. Para o holismo ético, o valor dos indivíduos é relativo ao contributo da sua espécie para a estabilidade dos ecossistemas e diversidade da comunidade biótica. Isto pode ser medido atendendo a duas variáveis: a densidade populacional e a função ecológica da espécie. Assim, por um lado, o valor de um espécime será inversamente proporcional à população da espécie a que pertence, o que significa que os indivíduos daquelas espécies raras ou ameaçadas vão ter uma consideração moral especial relativamente aos indivíduos de espécies numerosas. Por outro lado, os indivíduos que desempenhem uma função estabilizadora num dado ecossistema serão moralmente superiores aos restantes membros sem tal função. Isto implicará aceitar, na prática, intervenções nos processos naturais que prejudiquem os animais sencientes, na medida em que fazê-lo promova o equilíbrio dos ecossistemas e a preservação da biodiversidade.

É importante fazer notar que, para o ambientalista, a biodiversidade tem valor, num duplo sentido. Por um lado, tem valor instrumental, na medida em que contribui para a estabilidade dos ecossistemas e, por outro, tem valor intrínseco, isto é, deve ser preservada independentemente das consequências que daí advenham para o equilíbrio daqueles.

#### *A intervenção ecológica na natureza*

O pressuposto anterior tem levado os ambientalistas a defender o sacrifício de indivíduos sencientes quando isso ajuda à conservação dos ecossistemas, mas também a aceitar a sua morte e sofrimento naqueles casos em que nenhum benefício pode ser extraído para a estabilidade do ecossistema e está em causa a mera biodiversidade.

O primeiro caso pode ser ilustrado com o seguinte cenário: imaginemos que a planta *x* tem uma função ecológica estabilizadora no ecossistema *y* e a sua existência se encontra ameaçada pela sobrepopulação de seres

herbívoros como, por exemplo, os veados. A ação moralmente correcta consiste, para o ambientalista, em reduzir a povoação de veados, isto é, em sacrificar indivíduos sensitivos, para defender a preservação de  $\gamma^5$ . Dado que a biodiversidade contribui para a estabilidade do ecossistema, justifica-se a erradicação daqueles indivíduos que atentem contra essa diversidade, mesmo se fazê-lo supõe causar um enorme sofrimento e terminar com a vida a uma grande quantidade de seres.

Outras práticas empreendidas por razões ecológicas exemplificam também este pensamento. Um caso que tem recebido ultimamente muita atenção diz respeito à introdução de predadores num determinado ecossistema como forma de controle populacional de um determinada espécie<sup>6</sup>. Um dos casos mais célebres consistiu na reintrodução de lobos no Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, de forma a manter baixo controle as populações de veados, cujo crescimento tinha vindo a aumentar, provocando a devastação da vegetação autóctone. Para os ambientalistas, a introdução na comunidade de uma “ecologia de medo”, que passa pelo sofrimento e culmina na morte violenta destes animais, é vista como algo positivo, na medida em que garante o equilíbrio do ecossistema<sup>7</sup>.

Noutros casos, porém, a biodiversidade é perseguida como um fim em si mesma. Por exemplo, se os indivíduos de tipo *A* (e.g. as malvasias canela) se misturam com os indivíduos de tipo *B* (e.g. as malvasias-de-cabeça-branca) e isso reduz drasticamente o número de indivíduos *B* no ecossistema *Z*, o ambientalista defenderá que, porque a espécie *B* está ameaçada pela espécie *A*, estamos moralmente autorizados a sacrificar os indivíduos da espécie *A* para preservar a diversidade de *Z*<sup>8</sup>. Neste caso, a

---

<sup>5</sup> Ver Rolston III, Holmes, “Respect for Life: Counting what Singer Finds of No Account”, em Jamieson, Dale (eds.), *Singer and His Critics* (Oxford: Blackwell, 1999), 247-268.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Shelton, Jo-Ann, “Killing Animals that Don’t Fit In: Moral Dimensions of Habitat Restoration”, *Between the Species*, 13(4), 2004, <http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss4/3>.

<sup>7</sup> Para uma crítica anti-especista à promoção da ecologia do medo ver Horta, Oscar, “The Ethics of the Ecology of Fear against the Nonspeciesist Paradigm: A Shift in the Aims of Intervention in Nature”, *Between the Species*, 13 (10), 2011, <http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol13/iss10/10>.

<sup>8</sup> A malvasia canela (*Oxyura jamaicensis*), também conhecida por pato-de-rabo-alçado-americano, é uma espécie procedente originalmente dos Estados Unidos, introduzida na Europa nos anos 40. É considerada uma espécie “invasora” no Sul da Europa, dado que o cruzamento com a malvasia autóctone (*Oxyura leucocephala*), malvasia de cabeça branca ou pato-de-rabo-alçado, tem vindo a provocar uma diminuição populacional desta última. No sentido de preservar a biodiversidade autóctone, o Ministério do Meio Ambiente e



diversidade do ecossistema Z é defendida pelo seu valor intrínseco, visto que os indivíduos A e B desempenham exactamente a mesma função ecológica, sendo indiferente para a estabilidade do ecossistema haver malvasias brancas ou malvasias canela. A razão que justifica a morte das malvasias canela é, segundo o ambientalista, a biodiversidade ser um bem em si mesma. Isto significa que um cenário onde há malvasias brancas é um cenário melhor (ainda que num sentido moralmente obscuro) que um cenário onde só há malvasias canela, ainda que para atingir o primeiro cenário seja necessário levar a cabo uma matança de animais.

Assim, vemos como o holismo ético implica, na prática, o sacrifício em massa de animais sencientes sempre que o bem de um ecossistema o exige. Daqui extraímos que a proposta ambientalista de estar *pelo bem de tudo e de todos* é dificilmente articulável dentro de uma perspectiva holista consistente. No fundo, o bem de tudo só é conseguido à custa do sacrifício dos interesses de uma grande parte dos indivíduos e, nessa medida o bem de todos não é realizado, concretamente, os interesses de determinados animais sencientes são frustrados. Mas, sendo certo que o bem de um ecossistema trunfa (*trump*) os interesses de qualquer indivíduo, parece seguir-se que o holismo implicará também o sacrifício de seres humanos.

#### *A base antropocêntrica do holismo ético*

Recordemos o caso das malvasias. Imaginemos, agora, que A exemplifica a propriedade de ser humano de pele negra, B exemplifica a propriedade de ser humano de pele branca e X representa o ecossistema Península Ibérica. Imaginemos também que é certo que os indivíduos A são introduzidos em X, se misturam com os indivíduos B e que isso provoca uma enorme redução de indivíduos de pele branca na Península Ibérica. Seria, então, permissível, nesse caso, matar os indivíduos de pele negra de forma a evitar que se misturem com os de pele branca e, assim, preservar a biodiversidade da Península Ibérica? É evidente que não. Mas, por incrível que pareça, as posições ambientalistas, no que toca à consideração moral de animais não humanos, conduzem a cenários como este. Contudo, o cenário só se revela chocante para uma grande parte das pessoas, quando entram em jogo interesses humanos.

Mas, curiosamente, o ser humano constitui, hoje em dia, a maior ameaça para os ecossistemas naturais, provocando a sua constante transformação

---

Meio Rural e Marinho Espanhol tem prevista a eliminação de todos os exemplares puros ou híbridos de malvasia canela que sejam avistados em Espanha.

e destruição. Assim, se o ambientalista é consistente, o efeito das atividades humanas sobre os ecossistemas, será razão suficiente para que seja moralmente permissível a sua eliminação em massa, tal como acontece com os outros animais sencientes. Contudo, neste ponto, os ambientalistas dão geralmente um passo atrás, não estando dispostos a aceitar as consequências de levar a sério o holismo. Isto é problemático porque se, como vimos antes, a integridade da comunidade biótica é moralmente prioritária aos interesses individuais dos seus membros, a ética ambiental não pode evitar o desafio colocado pela analogia com os seres humanos.

O ambientalista pode responder de duas maneiras a esse desafio. Primeiro, afirmando que, tal como para o caso não humano, também é moralmente permissível eliminar seres humanos em massa se isso promove um bem geral superior, como é a preservação da biodiversidade ou o equilíbrio dos ecossistemas. Contudo, nesse caso, o ambientalismo será uma proposta altamente implausível e contrária às nossas intuições morais mais básicas. Na verdade, dificilmente se aceitaria que a promoção do bem implicasse o sofrimento e a morte em massa dos habitantes humanos do planeta. E, salvo raras exceções<sup>9</sup>, maioria dos ambientalistas rejeita tal ideia.

Segundo, o ambientalista pode negar que seja permissível sacrificar seres humanos, ainda que fazê-lo ajude à preservação de um dado ecossistema ou à conservação da biodiversidade (É esta a posição da maioria dos éticos ambientais de tendência holista<sup>10</sup>). Terá, então, que explicar por que motivo (a) os interesses individuais humanos são especiais e *trunfam* o bem da comunidade biótica, ao passo que (b) os interesses de uma grande parte dos animais sencientes não.

Se tiver êxito na explicação de (a), o ambientalista mostrará afinal que são os interesses humanos, e não a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, que constituem o bem último a promover e enfrentará, assim, um problema de consistência. Quanto a (b), dificilmente poderá mantê-la sem cair no especismo, isto é, na desconsideração injustificada

---

<sup>9</sup> Exceções podem ser encontradas, por exemplo, em Linkola, K. Pentti, *Can Life Prevail?: A Radical Approach to the Environmental Crisis*, London: Integral Tradition Publishing, 2009.

<sup>10</sup> Por exemplo, Leopold, *op. cit.*, Callicott, J. Baird, *In Defense of the Land Ethic: Essays in Environmental Philosophy*, Albany: State University of New York Press, 1989; Varner, Gary, “Biocentric Individualism”, em Schmidtz, David e Willot, Elizabeth (eds.), *Environmental Ethics: What Really Matters, What Really Works* (Oxford: Oxford University Press, 2002), 108-120.

daqueles seres que não pertencem a uma determinada espécie<sup>11</sup>. Em todo o caso, o ambientalista terá que abandonar o holismo para passar a falar de antropocentrismo, a posição da qual, aparentemente, pretende desvincular-se. No mínimo, terá que clarificar se o holismo que tem em mente ultrapassa em algum sentido moralmente relevante um antropocentrismo esclarecido com preocupações ambientais.

Assim, vimos como o ambientalismo mostra inconsistências internas ao assumir o valor intrínseco da comunidade biótica e ao admitir, simultaneamente, a relativização do bem último aos interesses humanos, evitando assim o compromisso com certas práticas imorais (e.g. morte em massa de seres humanos).

Contudo, o problema que enfrenta o ambientalismo não se trata de uma disjunção entre consistência e práticas morais, já que mesmo inconsistente, o ambientalismo mostra-se comprometido com práticas imorais, ao autorizar a morte de seres sencientes. Mesmo que dos princípios ambientalistas não derive a morte de seres humanos, deles deriva ainda, algo moralmente errado, a saber, o sofrimento e a morte de um grande número de animais sencientes.

Assim, a desconsideração do sofrimento e morte dos animais na natureza levada a cabo pela ética ambiental, mostra que a controvérsia sobre a consideração moral dos animais não humanos continua a ser, no geral, uma controvérsia entre antropocentrismo ético e liberacionismo animal. Em rigor, a controvérsia não é triangular, como defende Callicott, mas enfrenta apenas dois pólos: especista e anti-especista.

#### 4. O sofrimento animal na natureza: especismo ou anti-especismo

Como é sabido, o liberacionismo animal parte do reconhecimento de que há, na esfera moral, um tratamento desigual injustificado daqueles indivíduos sencientes que não são membros da espécie humana. Este tratamento encontra-se injustificado dado que (i) todos os seres humanos são moralmente consideráveis, mas (ii) não há nenhuma propriedade moralmente relevante que seja exemplificada exclusiva e universalmente pelos seres humanos, a qual poderia conferir-lhes um estatuto moral especial, e (iii) a única propriedade moralmente relevante para determinar

---

<sup>11</sup> Para uma análise detalhada das distintas formas de especismo ver Horta, Oscar, "What Is Speciesism?", *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 23 (3), 2010, 243-66.

a consideração moral de um indivíduo é a sciência, propriedade esta cumprida por praticamente todos os animais não humanos. A sciência é uma propriedade moralmente relevante porque dá ao indivíduo a possibilidade de ter experiências com valor: negativo ou positivo. Nesse sentido, um ser sciiente tem um interesse em ter experiências positivas e em evitar experiências negativas e esses interesses constituem razões suficientes para que seja moralmente objectável tratar esse indivíduo de certas maneiras, por exemplo, infligindo-lhe dor ou terminando com a sua vida. Isto implica que a desigualdade de tratamento que damos a humanos e não humanos está baseada não em características moralmente relevantes, mas na pertença daqueles à espécie *Homo sapiens* e na não pertença destes àquela espécie. Como a espécie mostra ser um atributo irrelevante no momento de decidir se um indivíduo deve ser moralmente considerável (tão irrelevante como a raça ou o sexo), segue-se que o tratamento desigual de seres iguais naquilo que é moralmente relevante (sciência) está injustificado.

Assim, se assumirmos um ponto de vista anti-especista, como propõe o liberacionismo<sup>12</sup>, devemos reconhecer a sciência como limite da esfera moral e nesse sentido, defender a consideração dos interesses dos animais selvagens, mesmo quando fazê-lo suponha ir contra a conservação do equilíbrio natural ou da biodiversidade. Isto implica, evidentemente, rejeitar o principio ambientalista segundo o qual os animais sciientes são moralmente consideráveis enquanto elementos da chamada “comunidade biótica” e membros de certas variedades biológicas e que o seu valor varia em função de factores como a densidade populacional da espécie. Ao contrário do que defende o ambientalismo, os animais sciientes são moralmente consideráveis em si mesmos, enquanto indivíduos, dada a sua capacidade de sofrer e desfrutar. Isto cria em nós certas obrigações morais, concretamente a obrigação em mitigar esse sofrimento, exactamente como acontece com os restantes seres humanos.

### *A obrigação moral em intervir*

Chegados a este ponto, é legítimo perguntar: se estamos moralmente obrigados a aliviar o sofrimento dos animais não humanos, o que fazer quanto ao sofrimento e à morte prematura que estes padecem, fruto dos

---

<sup>12</sup> Apesar disso, é possível ser liberacionista e não anti-especista. Ver, por exemplo, Zamir, Tzachi, *Ethics and the Beast: A Speciesist Argument for Animal Liberation*, Princeton: Princeton University Press, 2005.

processos naturais de que são parte? Esta pergunta é introduzida frequentemente como tentativa de redução ao absurdo das posições ambientalistas. O argumento desenvolve-se como se segue: se o liberacionismo está correcto, o sofrimento e a morte causada aos animais é um mal e temos a obrigação moral em evitá-lo. Mas se temos a obrigação em evitar esse mal, teremos essa obrigação sempre que esteja ao nosso alcance fazê-lo, mesmo quando esse mal não é causado por nós. Sendo certo que os processos naturais são a maior fonte de sofrimento e morte para os animais não humanos, devemos intervir nos processos naturais com o fim de evitar a morte e o sofrimento destes. Como isso seria absurdo, conclui o ambientalista, o liberacionismo animal é uma proposta insustentável.

É interessante verificar, porém, como este argumento, ao invés de ser tomado como uma objecção, tem sido levado muito a sério pelo liberacionismo animal.<sup>13</sup> Nele se fundamentam novas obrigações humanas para com os restantes animais sencientes e novas linhas de intervenção na natureza, no sentido de aliviar o sofrimento animal.

Desde um ponto de vista ambientalista, as intervenções na natureza com o fim de aliviar o sofrimento animal são vistas não apenas como absurdas, como moralmente reprováveis, na medida em que contribuem para a alteração dos processos naturais, considerados, como vimos antes, intrinsecamente positivos. Mas o facto é que quando olhamos para a natureza, é difícil conservar essa visão idílica intacta. Os animais sofrem continuamente no meio natural, têm mortes prematuras e particularmente violentas (vítimas de predação, inanição, doença, frio, etc.) pelo que, desde um ponto de vista que considere o sofrimento e o bem-estar animal, é inegável que os danos que os animais sofrem na natureza são maus para eles. E o sofrimento dos animais é mau para eles da mesma forma que seria mau para nós, já que não há nenhuma razão que não seja arbitrária para considerar que a senciência humana é, do ponto de vista moral, mais relevante que a senciência não humana. Sabemos que os seres humanos intervêm regularmente na natureza de formas benéficas para eles, quando são vítimas dos processos naturais. A intervenção humanitária levada a cabo com as vítimas de terremotos, tsunamis, entre outras situações naturais, exemplifica bem como quando o sofrimento e a vida de seres humanos está em jogo, os interesses individuais são superiores

---

<sup>13</sup> Veja-se, sobretudo, Sapontzis, Steve F., "Predation", *Ethics and Animals*, 5 (2), 1984, 27-38; Cowen, Tyler, "Policing Nature", *Environmental Ethics*, 25 (2), 2003, 69-82; McMahan, Jeff, "The Meat Eaters", *The New York Times*, 19 de setembro de 2010, <http://opinionator.blogs.nytimes.com/2010/09/19/the-meat-eaters/>

aos processos naturais que têm lugar. E dificilmente alguém defenderia a não intervenção com as vítimas de um terramoto com base na ideia de que os danos provocados pelo terramoto são parte dos processos naturais e que, como tal, agimos correctamente ao abster-nos.

Desde um ponto de vista anti-especista, defende-se pois, que da mesma forma que intervimos para minimizar os danos das vítimas humanas dos processos naturais, se há formas de intervenção que podem minimizar o sofrimento animal na natureza, tais acções deverão igualmente ter lugar. Que formas poderiam adoptar essas intervenções é uma questão ainda por explorar, apesar de irem surgindo já algumas ideias<sup>15</sup>. Em todo o caso, a questão da obrigatoriedade moral em intervir na natureza é independente de saber em que se traduziria, na prática, tal empresa. Ainda assim, a discussão sobre a intervenção na natureza com o fim de aliviar o sofrimento animal só pode contribuir positivamente para que sejam encontradas as formas de materializar aquilo que deve ser feito.

Pelo que precede, existem apenas duas posições possíveis quanto ao sofrimento animal na natureza: o especismo e o anti-especismo. O especismo, para além de estar presente nas éticas antropocêntricas tradicionais, pode também ser observado naquelas posições ambientalistas que consideram que o sofrimento e a morte dos animais sencientes não humanos podem ser desconsiderados quando está em jogo o equilíbrio de um ecossistema ou a preservação da biodiversidade. Isto implica, não só o sacrifício de animais sencientes com vista a atingir aqueles fins, como supõe a celebração dos processos naturais nos quais esse sofrimento e morte têm, habitualmente, lugar. Num pólo diametralmente oposto, encontra-se o anti-especismo, premissa fundamental do liberacionismo animal. Desde um ponto de vista anti-especista, devemos, em primeiro lugar, recusar aquelas posições ambientalistas que defendem que os ecossistemas e a biodiversidade têm valor em si mesmos. Isso implica rejeitar aquelas intervenções na natureza que sejam negativas para os animais, mesmo quando esteja em causa a integridade da comunidade biótica. Em segundo lugar, o anti-especismo prevê a defesa dos interesses dos animais,

---

<sup>14</sup> Veja-se, por exemplo, Sagoff, Mark, “Animal Liberation and Environmental Ethics: Bad Marriage, Quick Divorce”, em E. Zimmerman, Michael; Callicott, J. Baird; Sessions, George; Warren, Karen J. e Clark, John (eds.), *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology* (Englewood Cliffs NJ: Prentice-hall, 1993), 84-94; Singer, Peter, “Not for Humans Only: The Place of Non-Humans in Environmental Issues”, em Light, Andrew e Rolston III, Holmes (eds.), *Environmental Ethics: An Anthology* (Oxford:Blackwell Publishing Ltd., 2003), 55-64.

intervindo de formas que mitiguem o sofrimento e as mortes que têm lugar no meio natural, da mesma forma que o faríamos se o sofrimento e a morte afectassem a seres humanos.

## 5. Conclusões

Neste artigo, argumentei contra a defesa do *bem de tudo e de todos*, levada a cabo pelas éticas ambientais. Avaliei, num primeiro momento, a linha argumentativa de autores como Callicott e Leopold, como principais representantes do holismo ético e identifiquei alguns problemas decorrentes de inconsistências internas e consequências normativas altamente questionáveis para a consideração moral dos animais na natureza. Vimos, a esse propósito, como o holismo ético implica levar a cabo práticas imorais como o sacrifício em massa de seres sencientes, quando está em causa o equilíbrio dos ecossistemas ou a preservação da biodiversidade.

A desconsideração moral dos indivíduos não humanos sencientes que, tal como os seres humanos, são capazes de experiências e têm interesses em viver e evitar o sofrimento, só é assumível com base numa discriminação arbitrária dos indivíduos em função da espécie. Isto mostra como as implicações de assumir os princípios ambientalistas são impossíveis de articular com os princípios anti-especistas do liberacionismo animal. Defender o ambientalismo é defender o bem de tudo o que existe, o que implica desconsiderar uma boa parte do todos (os animais não humanos), ao passo que defender o liberacionismo é defender o bem de todos os seres sencientes, humanos e não humanos. Dado que o especismo é uma posição moralmente injustificável, qualquer versão do mesmo —ambientalista ou outra— deve ser rejeitada. Assim, desde um ponto de vista anti-especista, devemos rejeitar as posições ambientalistas que defendem o valor intrínseco da comunidade biótica e defender os interesses dos animais na natureza de duas formas distintas: (i) evitando as intervenções ecológicas prejudiciais para os animais na natureza e (ii) intervindo nos processos naturais de formas que possam resultar benéficas para os animais não humanos.